

➤ Pregão/Concorrência Eletrônica

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifestamos intenção de recorrer nos termos do Acórdão 339/2010 do TCU, que recomenda a não rejeição da intenção de recurso, contra aceitabilidade da empresa arrematante, visto que descumpriu diversos requisitos exigidos em edital, o equipamento ofertado não atende resolução 4 K ofertam 3,840 x 1,080 (insuficiente), indo contra o princípio do vínculo ao instrumento convocatório. Mais informações via peça recursal na integra.

Fechar

➤ Pregão/Concorrência Eletrônica

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO, E RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Pregão Eletrônico nº 846/2022

VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA, devidamente qualificada nos autos do certame em epígrafe, vem tempestiva e mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro nas disposições pertinentes do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que consagrou o licitante PORTO TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., respectivamente, arrematante dos Itens 01 e 02, valendo-se a doravante "Recorrente", para tanto, das suficientes razões de fato e de Direito delineadas a seguir.

I. DA POSSIBILIDADE DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO VERGASTADA

De proêmio, pertinente salientar o fato de que, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, o ilustre Pregoeiro tem 05 (cinco) dias para reconsiderar a decisão vergastada. Se assim não o fizer, deve encaminhar o presente Recurso Administrativo à Autoridade Superior competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento.

II. DO MÉRITO

1. Com efeito, ao final da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, Vossa Senhoria, ilustre Pregoeiro, consagrou o licitante PORTO TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., respectivamente, arrematante do Item 01 e 02.

2. Data maxima venia, Ilustre Pregoeiro, tal decisão não merece prosperar. O licitante em comento deixou de cumprir a integralidade das exigências do Edital. É o que restará cabalmente demonstrado a seguir:

3. Eis que para o Item 01 e 02, o atual arrematante, a empresa PORTO TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., não atendeu integralmente às exigências do Edital, conforme se pode constatar com a análise do edital e documentos colacionados:

4. Sabe-se que, conforme consta no Edital, um dos requisitos para a habilitação das empresas é a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica que comprovem a aptidão da empresa para o fornecimento do objeto da licitação.

5. Vejamos a obrigatoriedade de apresentar atestados disposta no edital:

"15.1. Nos termos do art. 3 da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, de 14/02/2017, a licitante deverá apresentar Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica, emitido por um terceiro em seu favor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, comprovando sua aptidão de desempenho de atividade condizente com o objeto da respectiva licitação, SOBRE O ITEM PARA O QUAL A EMPRESA APRESENTAR PROPOSTA,"

6. No entanto, ao analisar a documentação da empresa PORTO TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., é notório que não há nenhum atestado de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação, ou seja, não há qualquer atestado de capacidade técnica que possua monitores.

7. Senão vejamos o conteúdo dos atestados apresentados:

ATESTADO ITEM QUANTIDADE

ATESTADO IDEP.pdf NOTEBOOK 89

Atestado SEDUC.pdf Tonner para impressora 1298

Computador 348

Nobreak senoidal 348

Refrigerador 105

Ar condicionado 706

Atestado SESAU.pdf Computador 200

Nobreak senoidal 204

mini rack 12

calha 8 tomada 126

cd-r-mídia 4000

8. Conforme nota-se, em nenhum dos atestados acima mencionados fora comprovado entrega de monitor, logo, não há o que se falar em capacidade técnica da Recorrida.

9. Ilustre pregoeiro, a capacidade técnica é um dos critérios fundamentais para avaliar as propostas de uma licitação. Ela se refere à habilidade e experiência da empresa em executar o objeto da contratação de forma adequada e eficiente. A comprovação da capacidade técnica é, portanto, essencial para garantir que a empresa tenha as habilidades necessárias para executar o contrato com qualidade e cumprir as exigências do edital.

10. Caso uma licitante não comprove sua capacidade técnica, ela pode ser desclassificada do processo licitatório. Isso acontece porque, sem a comprovação de sua habilidade e experiência, a empresa não tem condições de demonstrar que está apta a executar o contrato de forma satisfatória. Além disso, a ausência de comprovação pode indicar que a empresa não possui a estrutura e o conhecimento necessários para desempenhar as atividades previstas no contrato, o que pode comprometer a qualidade dos serviços ou produtos fornecidos.

11. A desclassificação de uma licitante que não comprovou sua capacidade técnica é, portanto, uma medida importante para garantir a qualidade e a eficiência do processo licitatório. Ela assegura que apenas empresas qualificadas e capazes participem da disputa, aumentando a probabilidade de sucesso do contrato e garantindo o cumprimento dos objetivos da contratação.

12. Saliente-se que o Egrégio Tribunal de Contas da União determina a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica equivalentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto contratado, conforme se infere do seguinte julgado:

"Estabeleça, por ocasião da avaliação da qualificação técnico-operacional das empresas licitantes, percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal. inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/1993. As exigências quanto à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional devem limitar-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação e, no caso destas, restringirem-se a aspectos de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do futuro contrato. TCU, Acórdão n.º 1636/2007 Plenário (Sumário)"

"Assim, conquanto seja certo que a lei não permite qualquer exigência que iniba a participação na licitação, também é correto afirmar que a Administração tem o dever de selecionar contratantes idôneos e capazes de satisfazer aos ditames do instrumento convocatório, valendo-se da fixação de "condições específicas que se revelem necessárias a comprovar a existência do direito de licitar", como defende Marçal Justen Filho em sua obra Comentários à Licitação e Contratos Administrativos, 11ª edição, 2005. TCU, Acórdão n.º 513/2009 Plenário (Relatório e Voto do Ministro Relator)"

13. Ademais, o tema foi objeto da Súmula nº 263/2011 do TCU, in verbis:

"Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."

14. Além disso, a empresa recorrida ofertou o monitor LC49HG90DMLXZD, que não atende às especificações técnicas do Termo de Referência no concernente à resolução 4K exigidas no Edital, vez que possui apenas resolução de 3,840 x 1,080.

RESOLUÇÃO: Mínima 4K;

(trecho retirado do termo de referência)

15. Tal informação pode ser constatada por meio do link da fabricante:

<https://www.samsung.com/br/monitors/gaming/qled-gaming-monitor-with-32-9-super-ultra-wide-screen-49-inch-lc49hg90dmlxzd/>

"Resolução 3,840 x 1,080"

16. Ilustre pregoeiro, insta salientar que a resolução 4K é de 3840 x 2160. A resolução é uma das especificações mais importantes de um monitor, pois determina a quantidade de pixels que são exibidos na tela. Uma resolução mais alta significa que o monitor é capaz de exibir uma imagem mais nítida e detalhada, o que é especialmente importante em aplicações que exigem uma alta qualidade visual, como design gráfico, edição de vídeo e jogos.

17. O termo de referência foi elaborado para garantir que todas as empresas concorrentes ofereçam produtos que atendam aos requisitos mínimos de qualidade e desempenho estabelecidos pelo órgão contratante. Ao não cumprir a exigência de resolução 4K, a concorrente não atendeu a uma das especificações mais importantes do termo de referência e, portanto, deve ser considerada inapta para a licitação.

18. É crucial que as especificações do termo de referência sejam estritamente cumpridas para garantir a qualidade dos produtos e serviços fornecidos ao órgão contratante. A falha em cumprir as especificações do termo de referência pode levar a problemas de desempenho, incompatibilidade com outros sistemas, retrabalho e, em última análise, a insatisfação do cliente.

19. Ex positis, a necessidade de observância incondicional dos princípios licitatórios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo não enseja outro entendimento se não o de que a proposta do licitante em comento não se presta a atender satisfatoriamente a demanda do GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA para os Itens 01 e 02, motivo pelo qual deve ser desclassificada.

20. Outrossim, vejamos o que dizem os artigos 3º, 41, o inciso V do 43 e o 45, todos da Lei nº 8.666/93, in verbis: "Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

"Art.43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;"

"Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle."

21. Além destes, haveria violações, também, ao artigo 2º do Decreto nº 10.024/19 (o novo regulamento federal do Pregão Eletrônico), que dispõe, in verbis:

"Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação."

22. Segundo Fernanda Marinela :

"O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais e nem menos do que está previsto nele. Por essa razão é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da Lei."

23. O que se assevera acima está na mesma esteira do que já foi, inclusive, exaustivamente firmado pelo Judiciário:

"EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA – CONCORRÊNCIA – NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – AUSÊNCIA DO 'FUMUS BONI IURIS' – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O princípio da vinculação ao edital impõe que a Administração e os licitantes respeitem as normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados. 2. Evidenciado que o licitante descumpriu exigências previstas no edital, bem assim que estas não são ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade, sua desclassificação do certame é medida que se impõe por ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 3. Agravo de Instrumento não provido.

(TJMS - AI: 14049893020188120000 MS 1404989-30.2018.8.12.0000, Relator: Des. Alexandre Bastos, Data de Julgamento: 20/03/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/03/2019)."

24. No âmbito dos procedimentos licitatórios, o desrespeito às condições estabelecidas no instrumento editalício e seus correlatos acaba por consubstanciar golpe fatal à máxime principiológica da vinculação ao instrumento convocatório, que, consoante da doughty lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro :

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital. (...)"

25. Também, ocasiona ferida gangrênica ao princípio do julgamento objetivo. Ainda nas palavras da digníssima jurisprudência :

"Quanto ao julgamento objetivo, que é decorrência também do princípio da legalidade, está assente seu significado: o julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital. E também está consagrado, de modo expresso, no artigo 45, em cujos termos "o julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente neles referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. (...)"

26. As violações apontadas acima não constituem mero equívoco, mas sim SEVERO EQUÍVOCO! Equívoco este que põe em risco gravíssimo a exequibilidade da contratação. Tal fato não pode ser admitido por Vossa Senhoria, que pode, infelizmente, descumprindo a Lei e o Edital – ad argumentandum tantum –, decidir por contratar com licitantes que não conseguirão arcar com o compromisso contratado, causando prejuízos ao GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA que acabará tendo que elaborar termos aditivos – o que é vedado neste caso – e/ou novo procedimento licitatório.

27. Assim sendo, todas as disposições colacionadas in retro socorrem a Recorrente no tangente à desclassificação do licitante em comento, nos moldes das regras do próprio Edital, in verbis:

"13.9.1. As empresas participantes, deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), emitidos por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, que comprove a entrega/fornecimento, em contrato pertinente e compatível em CARACTERÍSTICA E QUANTIDADES, no que couber, com o objeto ofertado, nos termos do art. 3º, da Orientação Técnica nº 01/2017/GAB/SUPEL, a saber:

a) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem objeto similar ao que a licitante apresentar proposta.

b) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os fornecimentos dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa forneceu ou fornece satisfatoriamente objeto similar ao que a licitante apresentar proposta, com pelo menos 10% (dez por cento) do quantitativo solicitado. (Conforme Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, art. 3º, III).

13.16. As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas."

28. Incontestavelmente, não se justifica na legalidade e em qualquer outro parâmetro normativo licitatório, a arrematação dos Itens 01 e 02 ao licitante em comento, descumpridor do Edital e da Lei.

29. Portanto, caso a proposta em comento não seja desclassificada, medidas de controle externo serão tomadas para apuração das arbitrariedades ocorridas no presente certame.

30. Sem mais delongas, e firme nas suficientes razões de fato e de direito, delineadas in supra, a Recorrente pleiteia o seguinte.

III. DOS PEDIDOS

Ante as razões expostas, bem como do dever do Ilustre Pregoeiro de zelar pelo fiel cumprimento das disposições editalícias e legais pertinentes ao saudável desenvolvimento do presente certame licitatório, a Recorrente roga que Vossa Senhoria reconsidere o decisor de arrematação e classificação do licitante em comento para os Itens 01 e 02, para consequente e subsequente chamamento do ranking de classificação de ambos os itens.

Se assim não o fizer, que se digne Vossa Senhoria a encaminhar o presente Recurso Administrativo à Autoridade Superior competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento.

Nestes termos, pede deferimento.
Brasília/DF, 18 de abril de 2023.

VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA
FELIPE GONÇALVES NOVA DA COSTA
SÓCIO
CPF 029.555.641-25
RG 2673712 SSPDF

Fechar